

Comissão Constitucional escolhe 8 temas iniciais

Em 135 dias, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais terá definido as bases da proposta de uma nova Constituição. Em sua primeira reunião ontem no Rio, após sua instalação no último dia 3 em Brasília, a Comissão estabeleceu as normas de trabalho e os oito temas que integrarão a discussão inicial: Federação; Direitos e Garantias Individuais e Sociais; Poderes; Regime Econômico; Regime Social; Educação, Saúde e Comunicação Social; Cultura, Ciência e Tecnologia; e Defesa Nacional e Preservação da Ordem Democrática.

O esboço do anteprojeto da Constituição será feito em duas fases. A primeira, com coleta de dados, sugestões e discussão dos temas com a sociedade, será encaminhada pelos quatro Comitês Seccionais, centralizados em Brasília (com representantes do Norte e Nordeste), em Minas Gerais, em São Paulo (com grupos dos Estados do Sul) e no Rio de Janeiro (com participantes dos demais Estados). Esses comitês, coordenados respectivamente por Paulo Brossard, Raul Machado Horta, Miguel Reale Júnior e Evaristo de Moraes Filho, terão de apresentar relatório final em 45 dias.

Imediatamente após, os Comitês Temáticos iniciarão a discussão, apresentando relatório em 45 dias. Esses comitês serão formados espontaneamente por vocação e especialização dos integrantes da Comissão. Os relatórios dos Comitês Temáticos passarão então para análise do plenário da Comissão, que terá prazo de mais 45 dias para discutir.

A segunda fase se dará com a formação dos Comitês de Assuntos Constitucionais, que se incumbirão de transformar todos os estudos em linguagem jurídica. Esses comitês, em 75 dias, elaborarão o esboço do anteprojeto, que voltará a plenário para, em 60 dias, ser aprovado ou receber emendas.

Paralelamente à elaboração do esboço, se formará o Comitê de Sistematização, com o objetivo de reunir dados e organizá-los como subsídios do plenário. Obrigatoriamente, o Presidente desse Comitê será o relator do esboço do anteprojeto. Pelo prazo dado pelo Presidente José Sarney, sobram ainda 30 dias para que o anteprojeto da nova Constituição receba a redação final.

Primeira reunião não foi demorada. Cinco faltaram e ainda há uma vaga

A primeira reunião efetiva de trabalho da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não foi tão demorada como se previa. Em três horas e 45 minutos, os 45 integrantes presentes aprovaram o Regimento Interno e definiram os temas. Uma hora após o início, um grupo, coordenado pelo Professor Hélio Jaguaribe, se deslocou para outra sala, com a incumbência de reunir as quatro propostas — dos representantes de São Paulo, Minas Gerais e Brasília e da Mesa Diretora — apresentada ao anteprojeto de Regimento distribuído no último dia 3, em Brasília.

Esse grupo, após duas horas e 15 minutos, segundo Jaguaribe, concluiu pela inviabilidade de se redigir, em curto espaço, um documento articulando, item por item, os capítulos do novo Regimento. Optou por defini-lo em bloco, com as propostas de agenda, cronograma, temas e modo de trabalho. Apresentada a proposta do grupo, o plenário aprovou-a rapidamente, com a reunião encerrando-se 30 minutos depois.

Antes, porém, foi proposta a inclusão na ata dos trabalhos de homenagens especiais em memória do Presidente Tancredo Neves, do Ministro Vítor Nunes Leal e

do Embaixador Afrânio de Mello Franco, que presidiu a Comissão da Pré-Constituinte de 1934. Essa última homenagem emocionou o jurista Afonso Arinos, filho de Afrânio, que preside a atual Comissão Pré-Constituinte. A data da nova reunião ficou em aberto.

● Dos 51 integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, 45 participaram ontem no Rio da primeira reunião efetiva de trabalho. Os ausentes foram Gilberto Freyre, Jorge Amado, Joaquim Façção Neto, Walter Barelli e Gilberto Uihôa Canto. Paulo Bonavides, que renunciou, não foi ainda substituído. Na reunião de ontem foi escolhido como Secretário-Geral o Professor Ney Prado, que trabalhará junto com o Secretário Executivo, Mauro Santayana.

● A primeira decisão da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais levou poucos minutos: por 23 votos contra 21, a imprensa foi impedida de acompanhar as discussões. Os jornalistas encaminharam sua reivindicação através do Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, que a levou ao Presidente Afonso Arinos.